



## Crise fiscal, incentivos e o desenvolvimento do RS

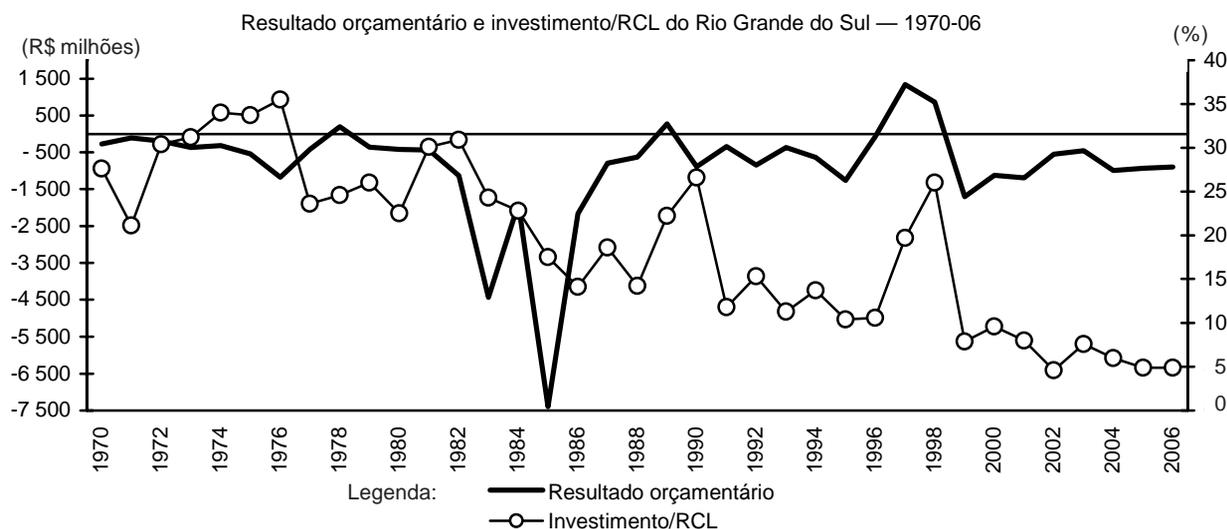
O envio, pelo Executivo, da proposta orçamentária de 2008 à Assembléia Legislativa, prevendo um déficit de R\$ 1,3 bilhão, representa uma mudança na política de enfrentamento da crise fiscal e evidencia a necessidade de se produzirem alternativas, para alcançar um equilíbrio fiscal sustentável e, fundamentalmente, para recuperar a capacidade de financiamento das políticas públicas no RS, deteriorada há muito tempo.

O RS convive com uma situação de déficit público há mais de 30 anos. As fontes de financiamento utilizadas no passado estão esgotadas (endividamento, inflação, venda de ativos, recursos do SIAC e depósitos judiciais). Hoje, a crise fiscal atingiu um estado crítico, o nível de investimento público é o mais baixo da história, e existe um risco efetivo do comprometimento da prestação de serviços à sociedade. Mesmo diante da gravidade desse problema, há uma avaliação, em segmentos da sociedade, de que a crise fiscal é um problema eminentemente do setor público e não de toda a sociedade gaúcha. Nada mais ilusório e, possivelmente, perigoso para o futuro desenvolvimento do RS. Tal avaliação origina-se na premissa de que a coleta de impostos é meramente um custo e desconsidera que a provisão de bens públicos (saúde, educação, segurança, infra-estrutura) é fundamental para o bem-estar da sociedade, seja em termos de competitividade econômica, seja em termos de desenvolvimento social. O principal foco dessa discussão deve ser a recuperação da capacidade de financiamento das políticas públicas do Estado, pois o que está em jogo nas decisões que serão tomadas é o bem-estar das gerações futuras de gaúchos.

Nesse sentido, as proposições de medidas para equacionar o déficit não podem ficar restritas à despesa e à melhoria da eficiência do setor público. Grande parte do gasto público é

incomprimível no médio prazo (dívida e pessoal, particularmente inativos). O programa de ajuste fiscal implantado desde o início do ano, com cortes de despesas de custeio, ampliação da fiscalização e do combate à sonegação e controle das pressões sobre a folha de pessoal, produziu um resultado primário 166% maior no primeiro semestre de 2007, comparado ao do primeiro semestre de 2006. Ainda assim, persiste uma estimativa de déficit elevado para 2007 e 2008, evidenciando o limite dessas ações para resolver o problema do déficit de forma consistente.

É preciso assumir que parte desse problema também está relacionada ao fato de que o RS possui uma das mais baixas cargas ICMS/PIB do País (24ª posição em 2004). Mesmo deduzindo-se do PIB a parcela referente às exportações, que são desoneradas, essa carga ainda seria menor que a média do Brasil (18ª posição). Isto porque o Estado tem sido muito benevolente na sua política de benefícios fiscais. As desonerações discricionárias (exclusive aquelas com finalidade operacional) no âmbito da legislação estadual foram de 1,6% do PIB em 2006, segundo os dados da proposta orçamentária de 2008, enquanto a arrecadação efetiva de ICMS representou 7,6%. Logo, para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, o Estado renunciou a R\$ 0,21. O incentivo fiscal é um instrumento estratégico importante para o desenvolvimento, mas sua finalidade deve ser transitória e durar o período necessário para o fortalecimento e a consolidação dos setores beneficiados. Um incentivo fiscal permanente passa a ser subsídio e compromete a capacidade de provisão de bens públicos do Estado. Tanto a renúncia fiscal como a receita fiscal são importantes para o desenvolvimento, e o desafio posto para a sociedade gaúcha é encontrar o equilíbrio entre esses dois pesos.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: O resultado orçamentário no período 1970-83 refere-se à Administração Pública Direta, enquanto o do período 1984-06 refere-se à Administração Pública Consolidada.

Alexandre Alves Porsse (FEE)

## Analfabetismo no Brasil e no Rio Grande do Sul

O artigo 214 da Constituição de 1988 determina a eliminação do analfabetismo no País, e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) tem como meta erradicá-lo até 2010.

Entre 2001 e 2006, o Brasil teve uma pequena redução na taxa de analfabetismo — de 12,4% para 10,4%, ou seja, dois pontos percentuais nos últimos cinco anos. Em 2006, eram 14,39 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. No RS, em igual período, a taxa de analfabetismo passou de 6,2% para 5,2%, representando a metade da taxa nacional. Essa redução de um ponto percentual correspondeu a uma diminuição de 478.000 para 440.000 analfabetos.

O analfabetismo concentra-se na população com idade a partir de 40 anos, notadamente entre os idosos (60 anos ou

mais). Nas duas faixas etárias superiores, estão 75,2% (10,81 milhões de pessoas) dos analfabetos brasileiros, enquanto, no RS, essa parcela representa 83,2% (366.000 pessoas) dos analfabetos.

A **Carta de Conjuntura** de abril de 2003 (ano 12, nº 4) apresentou a opinião das autoridades do então novo Governo Federal, que afirmavam ser possível erradicar o analfabetismo em quatro anos. Hoje, dada a permanência do analfabetismo entre a população brasileira, novas estratégias devem ser buscadas para atender tanto ao jovem como ao adulto analfabeto e, dessa forma, à meta do PNE.

Distribuição do número de analfabetos de 15 anos e mais, por faixa etária, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2001 e 2006

(1 000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS				
		Total	Faixas Etárias			
			De 15 a 24 anos	De 25 a 39 anos	De 40 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>2001</b>						
Brasil .....	121 011	14 954	1 394	3 191	5 158	5 211
RS .....	7 656	478	24	71	162	221
<b>2006</b>						
Brasil .....	138 580	14 391	839	2 733	5 234	5 585
RS .....	8 418	440	16	58	149	217

FONTE: PNADs 2001 e 2006.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

## Energia e aquecimento global

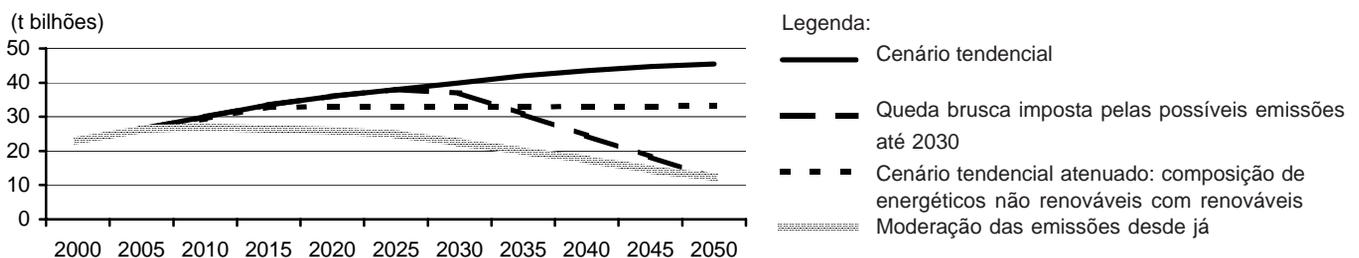
O enfrentamento das causas do aquecimento global impõe um impasse para a humanidade. Por um lado, é necessário reduzir drasticamente a geração de gases de efeito estufa, e, por outro, o crescimento populacional e o desejável avanço no bem-estar dos países periféricos apontam um considerável crescimento daquelas emissões geradoras de alterações climáticas. Essas mudanças terão efeitos que se farão sentir diretamente na disponibilidade de alimentos, de água e de energia renovável.

O principal responsável pela geração dos gases de efeito estufa é a energia, seguida da devastadora eliminação das florestas. A manutenção da tendência atual de crescimento econômico para as próximas décadas só será possível com o uso pesado de energéticos não renováveis na matriz energética.

Assim, para manter o mesmo ritmo de crescimento econômico até 2030, o consumo mundial de energia terá um aumento da ordem de 60% em relação ao atual, fato que gerará de 50% a 100% mais emissões de CO<sub>2</sub>.

As diferentes alternativas propostas, que vão do “Plante uma árvore” à captura do carbono, fundamentais no processo de redução das emissões de gases de efeito estufa, não serão suficientes para reverter o quadro do aquecimento global. Todavia na economia de energia encontra-se a principal ação para a redução desses gases, ação esta que requer uma transformação radical na forma de vida da humanidade. Para tanto, é necessária a mudança do paradigma do consumo ditado pelo mercado para o paradigma da sobrevivência da terra.

Emissões de CO<sub>2</sub> no planeta — 2000-50



FONTE: Scientific American-Brasil; Especial, Deter o aquecimento, março 2007.

José Enoir Loss (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

## Carta de Conjuntura - Ano 16 nº 10

### Construção: o “sonho” da casa própria e os bancos

A indústria da construção civil vive um período de franca recuperação desde o início do ano passado, beneficiando não só o mercado imobiliário, mas também o comércio de material de construção e os bancos.

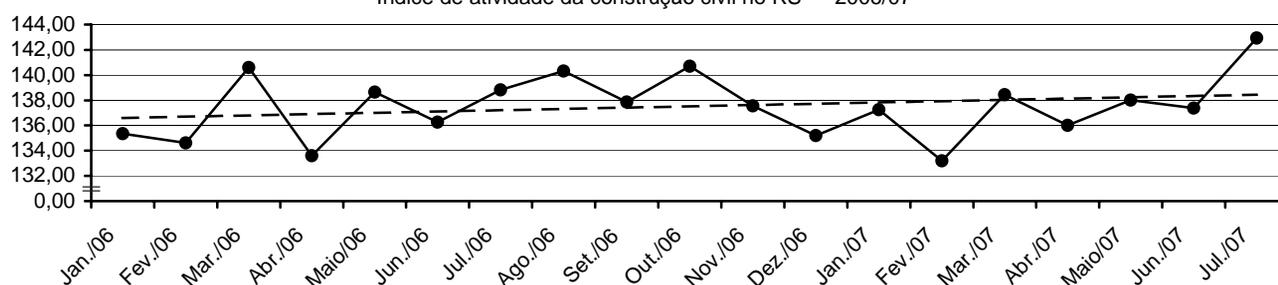
No início de 2006, o Governo Federal lançou um pacote de medidas favorecendo a construção civil. Uma delas consistia na desoneração fiscal de alguns materiais de construção. A queda de preços foi decisiva na expansão do faturamento desses materiais. Conforme a Abramet, os resultados acumulados das suas vendas no mercado interno, no período jan.-ago./07, superaram em mais de 12% os atingidos no mesmo período do ano passado.

O crescimento dos financiamentos habitacionais, entretanto, é o elemento mais importante nesse quadro. Além do fato de que a estabilidade econômica vem favorecendo o planejamento a longo prazo por parte das famílias, as condições

de financiamento vêm sendo flexibilizadas neste ano. Assim, o conhecido “sonho da casa própria” parece ter-se aproximado do cidadão brasileiro empregado com carteira assinada, pois a renda familiar mínima exigida baixou, e os prazos de financiamento expandiram-se. Embora mais pessoas tenham acesso ao financiamento habitacional, não se pode esquecer que, com prazos maiores, a parte de juros paga pelo tomador aumenta bastante.

Esse crescimento sustentado da atividade construtiva traz, portanto, conseqüências positivas também para os bancos, que ampliam consideravelmente a oferta de crédito a taxas de juros ainda bastante atrativas. Sem contar que se trata de contratos com elevado grau de segurança para os bancos, tendo em vista não apenas a ampliação da garantia jurídica efetuada no ano passado, mas também o fato de o próprio imóvel ser dado como garantia.

Índice de atividade da construção civil no RS — 2006/07



FONTE: Sinduscon-RS.

NOTA: Os dados têm como base março de 1991 = 100.

Aurea Breitbach (FEE/CEES)

### Milho e soja: repetirão desempenho em 2008?

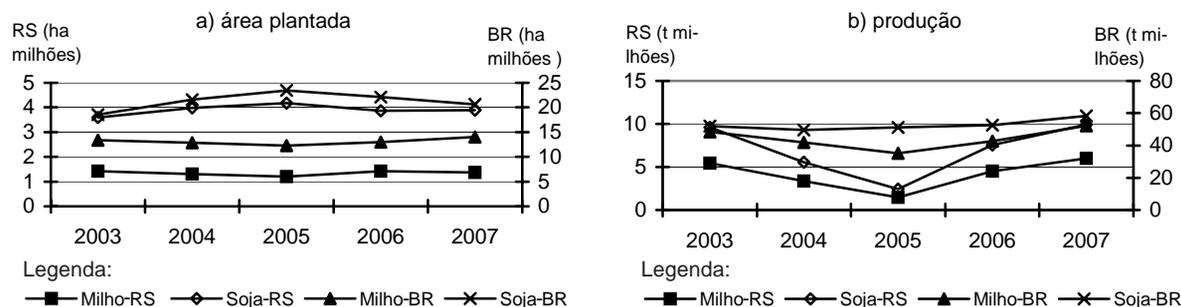
As safras de milho e de soja do Brasil e do Rio Grande do Sul, em 2007, apresentaram resultados alentadores na produção e na produtividade. No Brasil, a produção de soja cresceu 11,0%, mesmo com redução de 6,7% na área plantada, e o milho alcançou a expressiva produção de 52,205 milhões de toneladas (mais 22,4%), com uma expansão de 8,0% na área. No Estado, a produção de soja cresceu 31,5%, com incremento de área de 0,6%, e o milho, cuja área se reduziu de 1,4222 para 1,3660 milhão de hectares, apresentou incremento de 32,3% na produção. Portanto, no Rio Grande do Sul, reduziu-se a área plantada com milho, e a da soja manteve-se praticamente estável; no Brasil, ampliou-se a área de milho, e reduziu-se a da soja, significando, em todos os casos, ganhos expressivos de produtividade.

Nos EUA, maior produtor mundial desses grãos e onde a produção dos *biofuels* é estimulada, plantou-se, em 2007,

14.561 milhares de acres a mais do que em 2006, e produziu-se 13.307.999 milhares de *bushels* de milho (matéria-prima para o etanol), contra 10.534.868 na safra anterior. A soja, que concorre com o milho em área, teve esta reduzida de 75.522 para 64.081 milhares de acres, diminuindo em 17,9% a produção.

Havendo a safra 2006/2007 ocorrido num cenário de preços domésticos e internacionais favoráveis — com a renegociação das dívidas em andamento, com os juros (custeio e comercialização) reduzidos para 6,75%, face aos 8,75% da safra já colhida, e o volume do crédito rural ampliado em 16%, no País, passando para R\$ 58 bilhões programados no **Plano Agrícola e Pecuário 2007-2008** —, a questão que se impõe é qual será o comportamento dos produtores gaúchos e brasileiros quanto à área a ser plantada com esses grãos na safra 2007/2008.

Área plantada e produção de milho e soja no RS e no Brasil — 2003-07



FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2007.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2007.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)

## Titanic sem Leonardo Di Caprio

Parece claro: o comando financeiro da economia norte-americana está envolvido numa vasta crise, que, ao contrário de ser abrupta (sempre temos a imagem de uma crise bursátil, mas esta não é uma crise da bolsa), vai se prolongar por meses. O seu ritmo é de fortes momentos de febre, contrapostos a momentos de calma. E, como a crise vai levar tempo para se dissolver, muitas famílias e empresas ficarão aliviadas. Mas é como num filme de catástrofe: o pior ainda não passou. Vejamos o cenário. Em primeiro lugar, há a necessidade de superar a crise de liquidez e a crise de crédito. Elas paralisaram por extenso todo o sistema financeiro, culminando na desconfiança generalizada de todos contra todos, expressa no interbancário e na entrada em campo do Fed, funcionando como o emprestador em última instância. Foi nessa função que o Banco Central baixou em 50 pontos a sua taxa básica e a própria taxa de redesconto. As finanças armaram a confusão, com uma inflação de títulos, e ganharam; ganharam, no mínimo, tempo.

Porém não se tem clareza do que vai acontecer nesses “caóticos tempos financeiros”, como disse Robert Lucas. Por quê? A razão fundamental é a forma como é construído todo o sistema. Sendo de natureza especulativa, a operação financeira esconde um logro (no sentido de engano e de sucesso) que impede que haja transparência para a supervisão do Banco Central. E podemos perceber nitidamente que o Fed não tem controle sobre muitas partes do mercado. Porque este, por sua vez, desenvolveu inúmeros produtos, amparados pela securitização, que é juntar títulos para fazer um novo título (quem sabe em que composições estão os títulos “podres”?). E, para ajudar os negócios, as agências de *ratings* (pagas pelas instituições que lançam ativos que elas avaliam) falharam de novo, escandalosamente, como em 2001.

Mas essa crise mostra um lado diferente. Embora tenha partido da “bolha” imobiliária, envolveu todos os mercados financeiros. O Fed tenta dar liquidez ao sistema e, ao mesmo tempo, isolar, se possível, ou até minimizar, se puder, a questão da crise das moradias. Só que existe algo mais no “Reino da Dinamarca”. Houve, no processo produtivo, uma excessiva oferta de casas. Assim, além das hipotecas e da repactuação de antigas dívidas, o que emergiu no “desenrolar” da carruagem foi uma superacumulação de capital na economia, que produziu a quebra da construção civil, a falência de imobiliá-

rias e ações judiciais contra consumidores inadimplentes. Mas a ação do Fed não deve conter a volúpia financeira, pois, de agora até dezembro de 2008, existem ainda inúmeras hipotecas que serão vencidas e que têm taxa de juros variável — e variável para cima.

Sintetizando, temos uma crise financeira que é inicial, tanto mais que não são apenas as hipotecas de casas que entraram na securitização; contam-se também títulos sobre automóveis, sobre outros bens duráveis e sobre cartões de créditos, sem considerar o capítulo dos *commercial papers*, que reforçará a crise produtiva, onde o emprego começa a cair, a renda vai descer e o consumo desabar. Tinha e tem medo da recessão o Fed, porque precisa salvar as finanças e não derrubar a produção, tanto a norte-americana como, por extensão, a mundial. Só que a crise dos Estados Unidos, via a globalização dos ativos, já repercutiu, financeiramente, na Alemanha, na França, na Inglaterra, etc. E, em seguida, vai conectar-se com a produção da China e de todo o mundo, embora a enfermidade esteja concentrada na terra de Tio Sam. A correia de transmissão será a queda do dólar e a recessão. O modelo liberal que se distribui por todo o planeta não está mais dando certo. O Titanic bateu. O que será necessário depois do socorro do Fed? Política monetária mais política fiscal; mas o decisivo começa a partir da eleição norte-americana do ano que vem. E, para o Brasil, uma palavra: a ação do Fed foi boa; defasou a crise, e, com o mercado interno em alta, o ano está salvo. Mas 2008, sim, será *un altro giorno!*

Enéas de Souza (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.09.07).

ISSN 1517-7262

A *Carta de Conjuntura FEE* é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto  
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição  
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.